

CAETANO, Marcello: *Manual de direito administrativo*. 7.ª ed. actualizada, revista e com índice remissivo — 1 vol. de 860 pp. Lisboa, 1965.

A publicação, em 1937, desta obra — já aguardada com a maior expectativa — constitui um marco decisivo no estudo do ramo de direito a que diz respeito.

De então para cá, as edições sucederam-se, num ritmo inusitado, quebrado apenas por curtos intervalos de anos. E isto porque ela, transcendendo o âmbito universitário a que inicialmente se destinava, teve de atender às solicitações prementes de uma audiência cada vez mais vasta e mais interessada nos seus ensinamentos. E atingiu deste modo a 7.ª ed., há poucos meses aparecida, como natural consagração devida a um trabalho notabilíssimo e já hoje clássico.

Pouco haverá assim a acrescentar nesta referência, forçosamente breve. A não ser que, dada a amplitude e a importância de uma disciplina em constante evolução, o seu A. teve necessidade de ajustá-la com vista à sua permanente actualidade, deixando contudo intacta, por definitiva, a sua substância básica.

Mais, talvez, do que os restantes, fica este, na sua já fecunda bibliografia, como o trabalho mais logrado e de maior significado, tanto nele o eminente Professor afirma por igual uma nobre consciência da sua missão de educador e das responsabilidades que andam adstrictas ao alto prestígio de que desfrutava, sem qualquer contestação, na sociedade do seu tempo.

ROQUE, Bento: *Código de processo civil* — 1 vol. de 916 pp. Casa Portuguesa, Lisboa, 1965.

Constituindo uma inovação entre nós, este volume é, no entanto, pelo formato e demais características, a réplica dos conceituadíssimos e divulgadíssimos Códigos Dalloz, de tão benemerente veterania.

Por isso — e também por méritos que lhe são próprios — este feliz decalque tem merecido, da parte do público interessado, uma aceitação que não conheceu ainda desfalecimento.

Com ele, efectivamente, o seu A. proporcionou a todos os profissionais do fóro uma obra de cómodo manuseio e apta, sobretudo, a servir a todo o instante de pronto e seguro indicador.

Além dos índices minuciosos, que permitem a imediata localização das disposições do Código, o trabalho em referência contém uma larga cópia de jurisprudência, como precioso adjuvante para a boa interpretação das mesmas.

Porque supomos tratar-se de uma colecção, de que este é — por antecipação, julgada conveniente — o 4.º volume, esperamos que o seu A. persista na tarefa auspiciosamente encetada, pois da sua probidade é esta garantia bastante e ao seu labor está assegurado o mesmo lisongeiro acolhimento.

A edição, da Casa Portuguesa, foi preparada com o sentido gráfico mais apropriado e não inferior, sem dúvida, em certos pormenores, ao modelo francês do qual é, como já se disse, uma tão conseguida adaptação.

ALCIDES DE ALMEIDA, João: *O aborto consensual*. Estudo de direito penal e de política criminal — 1 vol. de 203-4 pp. Lisboa, 1964.

A não ser do ponto de vista médico, cremos ser esta a primeira monografia a tratar (em profundidade, pelo menos) dos muitos outros aspectos de um problema quase tão velho, pode dizer-se, como o Mundo e nem por isso de menos palpitante actualidade.

Mas, ainda sem ter em conta tal primazia (que todavia, repete-se, não asseguramos) muito há a louvar e a reter neste importante trabalho, concebido e invariavelmente conduzido com proficiência e brilho.

Quere-nos parecer que, pelas suas sérias implicações sociais, políticas, religiosas, eugenéticas (e, até, simplesmente emocionais), este é um daqueles temas que só à luz de um meridiano critério, alheio a todas as apaixonadas controvérsias, pode e deve ser tratado com algum proveito.

O seu ilustre A. assim louvavelmente o entendeu e, ao formular o seu juízo, fá-lo de uma altura sobranceira e numa posição equidistante dos extremos radicalismos usados, desde tempos imemoriais, quer no seu ataque, quer na sua impugnação.

A perspectiva histórica que lhe serve de pórtico está muito bem